

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS
CAMPUS PORTO NACIONAL
CURSO TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

SORAIA DA GLÓRIA GOMES PARENTE

**A EFETIVIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

PORTO NACIONAL
2015

SORAIA DA GLÓRIA GOMES PARENTE

**A EFETIVIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins *Campus* Porto
Nacional, como requisito parcial a obtenção do título de
Tecnóloga em Logística, sob orientação do prof. Esp.
Klaus Rene Trein.

PORTO NACIONAL
2015

SORAIA DA GLÓRIA GOMES PARENTE

**A EFETIVIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Artigo apresentado ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Porto
Nacional, como requisito parcial à obtenção do título de
Tecnóloga em Logística, sob orientação do prof. Esp.
Klaus Rene Trein.

Aprovado em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Klaus Rene Trein - Orientador

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do
Tocantins

Profª. Me. Gislâne Ferreira Barbosa - Componente da Banca

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do
Tocantins

Profª. Me. William Brasil R. Sobrinho - Componente da Banca

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do
Tocantins

A EFETIVIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Soraia da Glória Gomes Parente¹

RESUMO

Abordando a pragmática da avaliação e controle no processo de Administração Estratégica de uma instituição de ensino superior, esse artigo estudou a ferramenta institucional de avaliação e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Tocantins à luz do Sistema Nacional de Educação Superior, referente ao período de 2010 a 2014. A pesquisa pautou-se em análise documental que viabilizou a obtenção dos resultados expressos a partir do cruzamento de dados primários, ou seja, documentos necessários para aquisição do resultado das avaliações institucionais na modalidade de Autoavaliação. Assim, o objetivo desse artigo é analisar a sistemática da autoavaliação no âmbito do IFTO. Para o estudo foi realizado o recorte da II dimensão do SINAES, por entender que no período de vigência do estudo o SINAES era composto por 10 dimensões. Justifica-se a importância da presente pesquisa por desejar entender se os instrumentos de autoavaliação do IFTO conseguem repassar um feedback ao gestor.

Palavras-chave: Autoavaliação. PDI. Planejamento estratégico.

¹ Concluinte do Curso Superior de Tecnologia em Logística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – *Campus* Porto Nacional – TO. E-mail: soraia.logistica@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a análise da ferramenta institucional de avaliação e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal do Tocantins à luz do Sistema Nacional de Educação Superior, no período de 2010 a 2014. A finalidade desse trabalho é discutir se as autoavaliações realizadas no âmbito do IFTO podem realmente auxiliar no processo de verificação do cumprimento das metas estabelecidas no PDI, sendo referência para o planejamento da Instituição.

Ressalta-se que, o interesse da autora parte da experiência de ser membro interno da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Tocantinense Presidente Antônio Carlos, no qual aprecia a avaliação institucional como peça de interesse, especialmente no que se destaca o resultado almejado a partir da eficiência de todo o processo avaliativo das instituições e dos cursos.

Assim, tem-se o planejamento estratégico como peça fundamental das organizações, especialmente quando se trata de verificar a execução das políticas públicas no domínio de avaliação institucional, devendo-se observar com seriedade cada um dos seus componentes, exclusivos e avaliados.

Portanto, Jannuzzi (2011) diz que é preciso reconhecer que os programas governamentais e a especificação de pesquisas de avaliação ainda padecem de uma série de dificuldades, uma vez que a prática de avaliar no Brasil ainda é incipiente. Apenas a partir da Constituição Federal de 1988, os esforços cresceram no campo do monitoramento e da avaliação de políticas públicas no país.

“A criação de uma cultura de avaliação depende, portanto, de um processo de aprendizado coletivo que, no Brasil, foi recentemente iniciado”. Para que ocorra o prosseguimento, é eficaz aperfeiçoar os princípios existentes, a interpretação e a exposição de seus resultados. (COTTA, 2014, p.106).

Ante a necessidade de se aferir a eficiência da Educação Superior, a Lei 10.861/04 instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Assim, o processo de avaliação do ensino superior está diretamente relacionado com a necessidade de adaptação da educação às exigências de qualidade, o que tem levado à busca de novas estratégias de gestão educacional (BARROS; FREIRE, 2011).

Desta forma, para melhor entendimento do assunto em pauta, o presente artigo foi estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo introduzirá o estudo definindo o objeto do trabalho; o segundo capítulo apresenta o Instituto Federal do Tocantins. Adiante, no terceiro capítulo o trabalho busca conceituar o planejamento estratégico no setor público, suas funções

organizacionais, especificando também as etapas do processo de administração estratégica, fase para a execução do processo, e ainda, sistematizou a autoavaliação à luz do SINAES, processos delimitados pelo roteiro de autoavaliação criado pelo MEC.

O quarto capítulo descreve como a pesquisa iniciou e apresentou os resultados, explicando passo a passo os procedimentos percorridos. O capítulo quinto descreve as metas elencadas no PDI do IFTO, acerca da II dimensão, especifica que para a efetivação de um planejamento é necessário a utilização de um plano, já que para a execução deste plano inicial, os processos são seguidos a partir de 10 dimensões, e que no presente estudo será analisado apenas a II dimensão da qual abrange a pesquisa, o ensino e a extensão.

O capítulo sexto sistematizou a autoavaliação do IFTO à luz do SINAES e todas as fases percorridas para a conclusão do processo, desta forma, buscando demonstrar a prática adotada pela instituição para realizar a sua autoavaliação e monitoramento. O sétimo capítulo demonstrou a importância do instrumento de autoavaliação como um feedback ao gestor.

2 INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS, NATUREZA E CARACTERÍSTICAS

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

A Escola Agrotécnica Federal de Araguatins foi criada pelo Decreto nº. 91.673, em 20 de setembro de 1985, com o escopo de oferecer o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica.

A Escola Técnica Federal de Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10 de março de 2003, com três cursos técnicos a princípio: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Atualmente, a Reitoria do Instituto Federal do Tocantins se localiza em Palmas. Além dos *campi* de Araguatins e Palmas, os quais lhe deram origem, o Instituto Federal do Tocantins é ainda composto pelos *campi* Araguaína, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional e pelos *campi* avançados Formoso do Araguaia, Pedro Afonso e Lagoa da Confusão, estes três últimos em fase de implantação, no período de execução do presente trabalho.

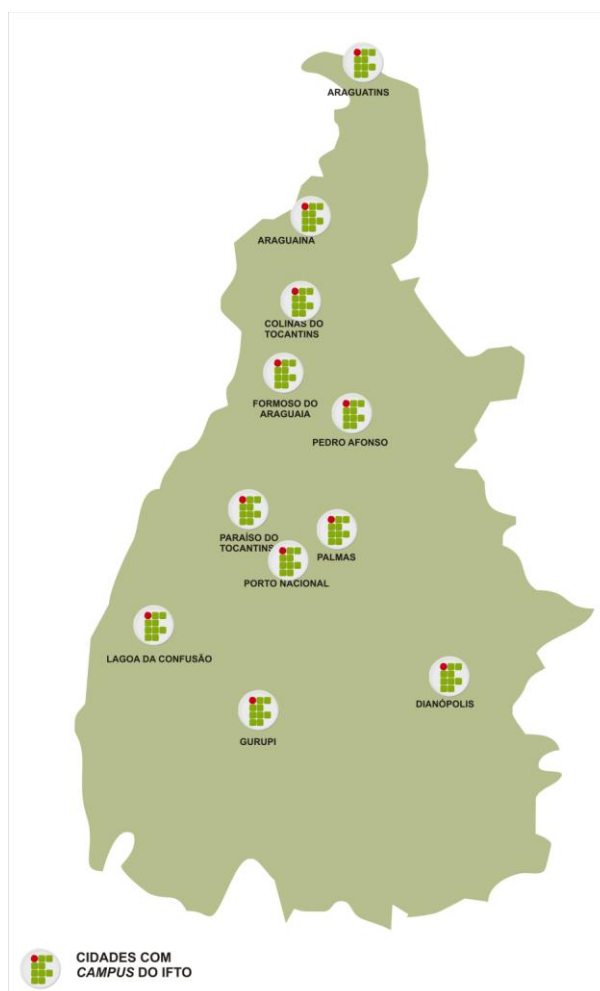
Portanto, os *campi* desta Instituição ofertam cursos em diversos níveis da educação profissional e tecnológica, possuindo autonomia pedagógica e de gestão. Atuar em todos os

níveis e modalidades da educação profissional e tecnológica é o que fundamenta essas instituições e abre horizontes para proposições também inovadoras para então abranger todas as demandas do Estado do Tocantins e demais regiões.

Baseado no objeto de estudo, o campus de Porto Nacional nasceu com a expansão da rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Regulamentado pela portaria nº. 102 de 29 de Janeiro de 2010, do Ministério da Educação publicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 2010.

Assim, os cursos oferecidos são o Técnico Subsequente em Vendas, Informática e Logística. Técnicos Presenciais Integrado Regular em Informática para Internet, Meio Ambiente e Administração. Curso Superior em Licenciatura da Computação e Tecnologia em Logística.

Figura 1- *Campi IFTO*



Fonte: (PDI, 2015, adaptado).

3 CONCEITOS SOBRE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3.1 Planejamento Estratégico

Em razão da importância social que a educação carrega, as Instituições de Ensino Superior são compelidas a fazerem avaliações, as quais são solicitadas pelo governo com a finalidade de avaliar a qualidade do Ensino Superior, e para tanto, os seus resultados trará retornos às Instituições. Mediante isto, o Planejamento estratégico é peça fundamental para as organizações, que “deixa de ser anual ou quinquenal para se tornar contínuo e ininterrupto; deixa de ser rígido para se tornar flexível” (CHIAVENATO, 2003, p.38).

Assim para avaliar as Instituições de Ensino Superior foi criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Todas as informações obtidas são utilizadas pelas IES (Instituições de Ensino Superior), para orientação da sua eficácia institucional, efetividade acadêmica e social (INEP, 2015).

Mediante a certificação de todas as informações orientadas tornou-se necessário para a avaliação das Instituições de Ensino Superior a confecção do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que deverá ser apresentado pela Instituição, tendo em vista o planejamento de cada cinco anos (SAPIENS/MEC, 2004).

Nesta esteira, tem-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) por um documento que apresenta a missão da Instituição de Ensino Superior, as suas estratégias para atingir suas metas e objetivos. O PDI atende ao SINAES como ferramenta para aperfeiçoar seu próprio modelo de Plano Estratégico, através da adoção de uma metodologia participativa de elaboração (SEGENREICH, 2005).

Viabilizando a necessidade de planejamento estratégico nas ações exercidas pelas Instituições é que Rezende (2003) entende que o planejamento estratégico é um processo dinâmico, elaborado por meio de técnicas administrativas com análise das ameaças e oportunidades, dos seus pontos fortes e fracos, o que possibilita aos gestores estabelecer um rumo para as organizações.

Contudo, Oliveira (2004) ressalta que a necessidade de um processo para as tomadas de decisões ocorrerá antes, durante e depois de sua elaboração e implementação na organização. Por esse motivo que o planejamento estratégico, conforme Matus (2004) trata-se da arte de governar, por entender que é um conjunto de princípios teóricos, procedimentos metodológicos e técnicas de grupo que podem ser aplicados a qualquer tipo de organização social que demanda um objetivo.

Portanto, para que, a gestão pública constitua uma apropriada prática de boa governança e desenvolvimento institucional, faz necessário todo o cumprimento do seu

processo, podendo assim, respeitar os princípios da distribuição eficiente de recursos públicos e accountability, baseada numa perspectiva com base não apenas nas suas formas e processos, mas em uma visão dos ideais democráticos de um país (CORRÊA, 2007).

3.2 Etapas do Processo de Administração Estratégica

Ressaltando a sua importância para o Planejamento Estratégico, o Processo de Administração Estratégica é considerado essencial para visualizar a trajetória das ações obtidas através de metas. No entanto, a Administração Estratégica envolve um processo ou uma série de etapas básicas com a missão de identificar os riscos e as oportunidades por meio do monitoramento dos ambientes organizacionais (ALDAY, 2000).

Diante disto, de nada necessitaria planejar as ações através do Plano de Desenvolvimento Institucional, se as instituições não atendessem ao acompanhamento e controle das metas demandadas através das etapas do Processo da Administração Estratégica.

Figura 2- Processo da Administração Estratégica



Fonte: (Portal da Administração, 2014).

Mediante a figura 2 ilustrada, o processo da Administração Estratégica compreende as cinco etapas necessárias para as organizações tornarem mais eficazes. A primeira etapa, análise do ambiente externo e interno entende-se por “identificar os riscos e as oportunidades presentes e futuras” (ALDAY, 2000, p. 14). Todas as ações obtidas nesta análise poderá influenciar na realização de objetivos da organização.

Já a segunda etapa, momento para o estabelecimento das diretrizes organizacionais, a administração estratégica estabelece a organização com seus dois indicadores principais, a missão em virtude da missão organizacional apresentando a finalidade de uma organização, e os objetivos e as metas das organizações (ALDAY, 2000).

Em conformidade com etapas anteriores a terceira etapa, momento que será formulado uma estratégia organizacional, esse processo tem a total finalidade de fazer a formulação da estratégia com o plano de garantir que a organização alcance seus objetivos (ALDAY, 2000).

Nesta quarta etapa do processo de Administração Estratégica, caracterizada implementação da estratégia, as ações das organizações entende que sem a implementação efetiva da estratégia são incapazes de obter os benefícios da efetivação de um julgamento organizacional, do estabelecimento de uma diretriz organizacional e da formulação da estratégia organizacional (ALDAY, 2000).

Com o propósito de concluir todo o ciclo, a etapa 5, controle estratégico compreende-se por monitoração e avaliação do processo de administração estratégica no sentido de melhorá-lo e assegurar um funcionamento adequado (ALDAY, 2000). Diante disto, o Dicionário Aurélio (2015) confirma que “monitorar” significa acompanhar, para consideração de informações fornecidas por instrumentos técnicos de monitorizar, ou seja, dirigir ou submeter o controle através de monitor(es).

Desta maneira, o processo de monitoramento das Avaliações das Instituições de Ensino superior necessitam enfatizar a importância em apresentar a eficiência das ações, possuindo confiança nas tomadas de decisões como também, alterar processos inadequados para todas as situações.

3.3 Sistemática de autoavaliação à luz do SINAES

Enaltecendo a importância da ETAPA controle estratégico no processo de administração, o governo fez-se necessária a Avaliação Institucional, componente do SINAES que monitora as Instituições, e está relacionado à melhoria da qualidade da educação superior do qual se divide em duas modalidades Avaliação Interna e Avaliação externa (INEP, 2015).

Assim com o objetivo de tornar efetivo o processo de avaliação e acompanhar o monitoramento das atividades institucionais, o governo propiciou às Instituição o dever de cumprir as etapas do Processo da Administração estratégica para auxiliar o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência dos gastos públicos e da qualidade de gestão (CUNHA, 2006).

Portanto, a autoavaliação de uma instituição de ensino superior desenvolve suas atividades norteada pela filosofia educacional exposta em sua Missão e descrita no seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que resulta de um amplo processo de estudo e reflexões (LEHFELD; GABARRA; COSTA; SOUSA; 2010, p.178).

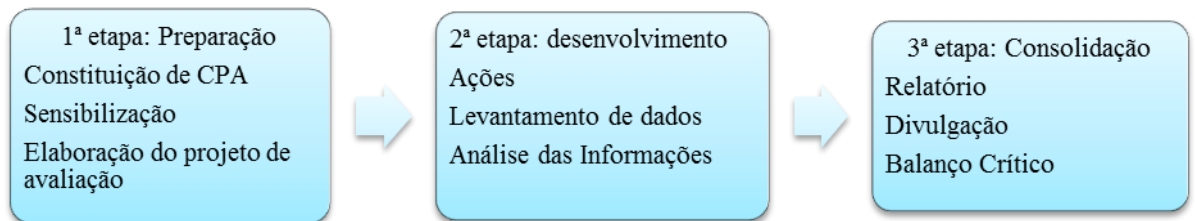
Criado pela Lei n.º 10.861, de 14 de abril de 2004, o SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e, do desempenho dos estudantes. No entanto, a Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades a Autoavaliação e Avaliação externa (INEP, 2015).

A Autoavaliação é coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da CONAES. Já a Avaliação externa é realizada por comissões designadas pelo Inep, apresenta como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações (INEP, 2015).

De tal modo, a sistematização do processo de autoavaliação à luz do SINAES as Comissões próprias de Avaliação (CPAs) utilizam o Roteiro da Autoavaliação Institucional como um documento que auxilia na produção de conhecimentos, identifica as causas dos seus problemas e deficiências, aumentando a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo (INEP/MEC, 2004).

Assim, trata-se de um documento com orientações e sugestões que entrou em vigência a partir de 1º de setembro de 2004 e que auxilia a uniformidade das informações, publicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o roteiro de avaliação interna integra o processo de avaliação institucional para delimitar a importância e os objetivos das etapas de preparação, desenvolvimento e consolidação do processo autoavaliativo.

Figura 3 – Etapas da Autoavaliação



Fonte: (INEP 2014, Adaptado).

3.3.1 1ª etapa: Preparação

Denominada de “preparação”, consiste no processo de constituição da CPA, planejamento dos trabalhos e sensibilização interna. No tocante ao processo de planejamento, coordena a elaboração do projeto de autoavaliação, define objetivos, metodologias, estratégias, recursos necessários e o cronograma de ações (SILVA e GOMES, 2011).

De acordo com o disposto no art. 11 da Lei nº 10.861/04, a primeira etapa designada como “preparação”, cada instituição deve constituir uma CPA com as funções de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação e disponibilizar informações. Todas as CPAs

precisam ser cadastradas no Inep, como a primeira etapa de uma interlocução sistemática e produtiva com vistas à efetiva implementação do SINAES (INEP/MEC, 2004).

Constituição de CPA

A CPA é uma Comissão Própria de Avaliação, formada por representantes dos docentes, técnico-administrativos e discentes de cada IES e também da sociedade civil organizada, responsáveis pelo processo de avaliação interna nas suas respectivas instituições de ensino (AUGUSTO, BALZAN, 2007).

Coordena e sistematiza a prestação das informações solicitadas pelo INEP, ressaltando que ela deve atuar com autonomia em relação a Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES. A condução dos processos de avaliação é complexa e exige tempo e dedicação por parte dos integrantes da CPA a fim de que o trabalho seja eficiente (AUGUSTO; BALZAN, 2007).

Sensibilização

No processo de Autoavaliação, a sensibilização envolve a comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros. Necessita ser participativa em todos os momentos, pois sempre haverá sujeitos novos iniciando sua participação no processo (INEP/MEC, 2004).

Elaboração do projeto de avaliação

A elaboração do projeto de avaliação compreende a definição de objetivos, estratégias, Metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas. É importante que o calendário contemple os prazos para execução das ações principais e datas de eventos (reuniões, seminários, etc.), deve levar em conta as características da instituição, seu porte e a existência ou não de experiências avaliativas anteriores processo (INEP/MEC, 2004).

2ª etapa: Desenvolvimento

No desenvolvimento desta fase do processo, a Autoavaliação é fundamental para assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Esta etapa consiste na concretização das atividades planejadas (INEP/MEC, 2004).

Augusto e Balzan (2007) reconhecem que a etapa do desenvolvimento técnico é necessária para garantir a coerência entre as ações planejadas e as metodologias escolhidas, a articulação entre os participantes e a observação dos prazos previstos no cronograma.

No entanto, é relevante observar a articulação entre o proposto/planejado, as metodologias utilizadas e o desenvolvimento do processo de Autoavaliação dentro dos prazos estabelecidos (SILVA, GOMES, 2011).

3ª etapa: Consolidação

A etapa de consolidação refere-se à fase-término dos trabalhos da CPA, na qual se elabora o relatório final, tendo em vista o início de um novo ciclo (SILVA; GOMES, 2011). Portanto, para que os resultados dos trabalhos realizados durante todo o processo avaliativo sejam consolidados, a presente etapa concretiza de maneira efetiva algumas medidas fundamentais, sendo elas: a elaboração de relatório, a divulgação dos resultados dos trabalhos e o balanço crítico do processo de Autoavaliação (AUGUSTO; BALZAN, 2007).

Relatório

O relatório final de avaliação interna deve divulgar o resultado do processo de discussão, de análise e interpretação dos dados advindos. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. Deve-se, portanto, considerar a clareza na comunicação das informações e o caráter analítico e interpretativo dos resultados (INEP/MEC, 2004).

Divulgação

A divulgação do Relatório de Autoavaliação oportuniza a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, podem ser utilizados diversos meios, tais como: reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros. Esta divulgação deve auxiliar nas oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna e externa (INEP/MEC, 2004).

Balanço crítico

Considera-se uma reflexão ao final do processo de Autoavaliação, apontando à sua continuidade a comunidade em geral. Essa análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados permitirá planejar ações futuras e adequar não só o autoconhecimento institucional, mais sim todos os processos que carecem desta informação.

3.4 Instrumento de Autoavaliação um Feedback ao Gestor

A autoavaliação reflete todas as ações positivas e negativas da Instituição, e para que o gestor execute todas as metas estabelecidas no PDI é necessário que use o feedback institucionalmente. “Dar e receber feedback é exercitar o relacionamento em si, entendido na dimensão emocional e afetiva predominantemente” (MUNARI; BEZERRA, 2004, p.485).

Na constante busca de adquirir a qualidade do ensino superior, os gestores necessitam adequar-se à cultura e práticas da administração estratégica. Pois, será um fomento à elevação e adequação de ações que trará a melhor comodidade para a Instituição de Ensino Superior.

Carvalho (2011) compreende a tarefa de dar e receber feedback não é fácil, como também, apontar erros e deficiências. O processo de feedback denota característica de julgamento e avaliação na percepção dos envolvidos – o que, ocasionalmente, gera desconforto e insegurança.

Todavia, Munari e Bezerra (2004, p. 485) cita que é um processo onde a “criatividade é fundamental, pois permite ao gestor a proposição de projetos que sejam inovadores na busca de novos resultados e novas formas de comportamentos individual e organizacional”. Para tanto, como os relatórios de autoavaliação e avaliação externa tem como objetivo destacar as fraquezas e potencialidades, além de possibilitar ao gestor o desenvolvimento de atividades que se constituem desafios para a criatividade individual e coletiva (MUNARI; BEZERRA, 2004).

Se o colaborador estiver agindo corretamente e não receber confirmação dessa informação, poderá por conta própria mudar as coordenadas gerando então o problema (CARVALHO, 2011).

4 METODOLOGIA

A construção deste trabalho surgiu a partir da disciplina requisito para a conclusão de curso. Na primeira fase, aplicou-se a pesquisa bibliográfica para o entendimento e percepção do assunto. Caracterizou-se como uma pesquisa exploratória e descritiva, direcionando a segunda fase às análises dos documentos solicitados ao IFTO, o que abrangeu principalmente o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Relatório da Autoavaliação vigentes no período de 2010-2014.

Ressaltamos, que para a análise e monitoramento destes documentos institucionais, afim de que seja medido a qualidade do ensino superior foram utilizados, uma vez que o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior compreende 10 (dez) dimensões, no entanto, pautada como critério metodológico realizamos o recorte relativo à dimensão II, por

tratar da política que ampara o ensino, a pesquisa e extensão, e por ser considerado o tripé das Universidades brasileiras.

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal (ANDRADE; SILVA, 2009, p.269).

Para a pesquisa proposta, ou seja, a verificação da acurácia da ferramenta institucional de avaliação e monitoramento do Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal do Tocantins à luz do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, utilizou-se de um método fielmente observado, pois, para Richardson (1985, p. 29),

“significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos. Esses procedimentos se aproximam dos seguidos pelo método científico que consiste em delimitar um problema, realizar observações e interpretá-las a partir das relações encontradas, fundamentando-se, se possível, nas teorias existentes.”

Os dados utilizados foram primários, ou seja, materiais originais nos quais outras pesquisas são baseadas e secundários de documentos que já foram publicados. Estes, retirados do site do IFTO, INEP, e de documentos fornecidos pelo Instituto Federal do Tocantins que contribuiu para a verificação da acurácia da ferramenta institucional avaliação e controle do PDI do IFTO.

O Instituto Federal do Tocantins disponibilizaram apenas as avaliações internas dos anos (2010, 2013 e 2014), justificando a ausência dos Relatórios de Avaliação Interna ao fato de que a Instituição ainda está no processo de credenciamento. E assim, não houve até a execução deste trabalho, a visita in loco da instituição, portanto, a pesquisa foi realizada a partir dos documentos de a avaliação interna e o Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO, referentes ao período entre os anos de 2010-2014.

Deste modo, sobre o uso de documentos na investigação científica, entende-se que “A técnica documental vale-se de documentos que ainda não receberam tratamento analítico. (...) é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (HELDER, 2006, p.1-2). Assim, após reunir todos os documentos necessários, concluiu-se a terceira fase: os dados foram analisados seguindo a metodologia da pesquisa documental. Por fim, a última fase, foi constatada os fatos planejados e discriminado nos resultados e discursões.

Logo, a CPA, para concretizar a sistemática de autoavaliação à luz do SINAES também utilizou-se das dez dimensões previstas na lei 10.861/04, para identificar as fragilidades e as potencialidades das instituições de Ensino Superior a partir destas dimensões,

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades; III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural; IV – a comunicação com a sociedade; V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho; VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios; VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação; VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional; IX – políticas de atendimento aos estudantes; X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (INEP, 2015).

5 AS METAS ELENCADAS NO PDI DO IFTO, ACERCA DA II DIMENSÃO DO SINAES

Meta trata-se do resultado final a ser alcançado, um fim exato e quantitativo almejado pelo gestor, e que para atingi-lo, ele deverá se mostrar disposto a realizar um esforço (UGF, 2015), para tanto, o gestor necessitará propor as tais metas para sua equipe.

A avaliação das instituições de Educação Superior, segundo determinação legislativa (Lei nº10.861/2004, artigo 3º) tem por objetivo identificar o perfil e o significado da atuação das mesmas, por meio da análise de suas atividades (cursos, programas, projetos, setores, etc.), consignadas em diferentes dimensões institucionais.

O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno dos eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos de estrutura física e intelectual (INEP, 2015).

Para a elaboração do PDI de vigência nos anos de 2010-2014, a gestão do IFTO elaborou metas a serem seguidas por toda comunidade acadêmica. O presente estudo irá identificar as metas elencadas no PDI do IFTO à luz da II dimensão do SINAES que trata do Ensino, Pesquisa e Extensão.

META	DIMENSÃO
Buscar a verticalização do ensino e sua integração com a Pesquisa e a extensão.	Ensino
Implantar regimes curriculares e sistemas de título que possibilitem a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação profissional.	Ensino
Revisar a estrutura educacional, que objetiva ensino, com a reorganização dos cursos e atualização de métodos e metodologias de ensino.	Ensino
Qualificar e requalificar profissionais jovens, adultos e trabalhadores em	

geral, nos vários níveis e modalidades de ensino.	Ensino
Habilitar profissionais com competências cognitivas, psicomotoras e afetivas para executar ações fundamentadas nos conhecimentos técnico-científicos, éticos e políticos, disponibilizando para a sociedade um profissional apto ao exercício de suas funções e consciente de suas responsabilidades.	Ensino
Criar, fomentar e incentivar o apoio de alunos com deficiência cognitiva, procurando melhorar a sua capacidade de construção.	Ensino
Articular a educação profissional científica, tecnológica e a educação superior com a educação básica e da graduação com a pós-graduação, com ênfase na inovação e ciência aplicada.	Pesquisa
Implantar programas e sistemas de gestão comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos.	Pesquisa
Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais	Pesquisa
Possibilitar o desenvolvimento de competências que permitam ao aluno exercer a sua cidadania ativa, de forma solidária, no exercício das funções de um profissional qualificado.	Pesquisa
Atuar como agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta com o poder público e com as comunidades.	Pesquisa
Oferecer em média pelo menos um curso a distância por <i>campus</i> , preferencialmente vinculado à UAB ou à Rede e-Tec Brasil.	Extensão
Ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos.	Extensão
Ministrar cursos de formação inicial e continuada aos trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização profissional.	Extensão
Integrar os futuros profissionais com o mundo de trabalho, por meio da convivência com o meio profissional.	Extensão
Atender à demanda dos serviços dos profissionais na área da saúde, assim como também em outras áreas, favorecendo especificamente a Região Norte.	Extensão
Identificar áreas carentes e potenciais para abertura de novos cursos por meio de consultas às entidades representativas dos setores produtivos e pesquisa de mercado.	Extensão
Implantar programa de reconhecimento de saberes não formal para fins de certificação e acreditação profissional.	Extensão

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode se constatar que a sistemática da avaliação e monitoramento estratégico no âmbito do IFTO buscou seguir as etapas propostas pelo SINAES e pelo Roteiro de Autoavaliação divulgado pela CONAES, internalizando que a Autoavaliação é um processo contínuo, e todos os processos necessitam ser seguidos metodologicamente para a sua efetivação. Portanto, a preparação, o desenvolvimento e a consolidação são etapas essenciais para o cumprimento dos relatórios de autoavaliação.

No entanto, verificou-se nos relatórios de autoavaliação vigentes no período de 2010 a 2014, que em algumas etapas não foram fidedignos a atribuições contidas no processo de Avaliação Interna orientado pelo Roteiro de Autoavaliação Institucional, logo destacou a

comparação com a II dimensão do SINAES que contempla o ensino, a pesquisa e a extensão do IFTO.

Diante deste contexto, os relatórios de autoavaliação entregues para a pesquisa foram de exercício em 2010, 2013 e 2014 consolidando o não cumprimento das etapas estipuladas pela CONAES, possibilitando a constatação que o ciclo do processo de Autoavaliação não pode executar um feedback da real situação da Instituição.

6.1 Relatório de Autoavaliação em exercício 2010, 2013 e 2014 do IFTO

1ª etapa: Preparação

Constituição de CPA

Na primeira etapa do ciclo de autoavaliação o IFTO, apresentou a constituição da CPA, nos relatórios em exercício de 2010 e 2013 as comissões foram nomeadas através da Portaria N° 642/2010/Reitoria de 05 de novembro de 2010, a qual designou os membros que coordenaram os processos internos de avaliação e de prestação de informações. Todavia, no Relatório de Autoavaliação em exercício 2014 o ciclo da composição da comissão foi substituído, instituída pela Portaria 53/2015/REITORIA/IFTO, DE 29 DE JANEIRO DE 2015.

Esses membros foram representados por um coordenador, seis docentes, seis técnicos administrativo, seis discentes de todos os *campi* do IFTO, e três representantes da sociedade civil conhecidos também como membros externos. Todos os *campi* expuseram um representante docente, discente e Técnico Administrativo no sentido de responder ao processo de implementação da avaliação institucional sugerida pelo SINAES.

6.1.2 Sensibilização

Para o processo de sensibilização o relatório de autoavaliação do IFTO em exercício nos anos de 2010, 2013 e 2014 não citaram ações em relação a sensibilização. É mencionado nos relatórios a importância da sensibilização apenas no momento da apresentação da autoavaliação dos cursos Superiores. Com a constituição da CPA, poderiam ter utilizado informações de esclarecimento de todo o processo de autoavaliação no site do IFTO, como também em cartazes, folders e outros meios de divulgação.

Quanto a busca pelo envolvimento da comunidade acadêmica, os relatórios de autoavaliação em exercício 2010, 2013 e 2014 não enfatizaram informações como as datas que poderiam acontecer as sensibilizações, como os seminários ou mesmo as datas das reuniões da CPA para concretizar a sua existência.

6.1.3 Elaboração do projeto

A elaboração de projetos é o momento em que poderiam ter traçados planos que seriam executados. O IFTO não demonstrou interesse em mostrar as metas que poderiam ser executadas, neste sentido transparece a especial importância das agendas de reuniões para o alcance do plano.

6.2 2ª etapa: Desenvolvimento

6.2.1 Ações

O IFTO na etapa do desenvolvimento da autoavaliação, e nas ações pretendidas para realização do monitoramento, a CPA estabeleceu três questionários: um para ser preenchido pelos docentes, outro para os estudantes e o terceiro para os técnicos administrativos. Individualizados em algumas questões levando-se em consideração a situação espacial particular de cada segmento avaliado.

Conforme informações dos Relatórios de Avaliação Interna foram utilizados como base para a elaboração das ações os questionários elaborados pelo Instituto Federal da Paraíba em 2009. Todavia, não contém a informação de quando foram aplicados os questionários de autoavaliação do Instituto Federal do Tocantins.

6.2.2 Levantamento dados e informações e Análise das informações

O levantamento de dados e informações seguiu após a elaboração e aplicação dos questionários. Neste momento o IFTO deveria ter aplicado e divulgado como ocorreria a metodologia de análise dos documentos, as condições para o tratamento dos questionários, para assim a elaboração do relatório parcial relativo ao exercício. No entanto, em mais um momento da etapa de autoavaliação, os relatórios não manifestaram eficiência na aplicação e na sua divulgação.

6.3 3ª etapa: Consolidação

Relatório

Os documentos dos relatórios da autoavaliação em exercício em 2010, 2013 e 2014, etapa considerada processo final para a execução das ações, apresentou as fragilidades e potencialidades contidas nas dez dimensões do SINAES de modo que poderia ser de forma mais clara a todos os tipos de leitores. O relatório final interpretou as fragilidades e as potencialidade de questões relacionadas a comunidade acadêmica. O trabalho de consolidação

segundo os relatórios de avaliação interna só aconteceu após as etapas de análise e de debate ocorridas no âmbito da CPA.

Divulgação e Balanço crítico

O processo de divulgação do relatório de autoavaliação de exercício em 2010, 2013, 2014, não divulgaram com clareza a comunidade em geral as informações dos resultados obtidos. No entanto, poderiam ter realizado seminários para promover a divulgação e também buscar internalizar os elogios e críticas com o objetivo de traçar um novo estilo de planejamento para o ciclo que se iniciará. Essa etapa possibilitará a apresentação das potencialidades e fragilidades decorrente ao período observada pela comunidade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O instrumento da Autoavaliação e monitoramento do IFTO não seguiram adequadamente as etapas estipuladas pela CONAES para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional. Esse propósito destaca-se pela a importância da avaliação das políticas públicas, prontamente. A autoavaliação é uma importante ferramenta de resultado para esse segmento, pois auxilia o autoconhecimento institucional e as avaliações externas, prevalecendo um espelho de todas as ações que aconteceram na instituição no período de vigência.

Essa mesma ferramenta dará sentido as atividades e finalidades cumpridas pela instituição de ensino superior. Identificando as deficiências, aprimorando as potencialidades para assim, fortalecer a integração comunidade e instituição, e imprescindivelmente não dispensar a prestação de contas com a sociedade.

O presente estudo também objetivou contribuir para o desenvolvimento do Instituto Federal do Tocantins, apresentando críticas construtivas que poderá auxiliar na construção de outros relatórios, portanto, tem a composição de contribuir para a efetivação das ações que poderão ser exercidas nas demais etapas de Avaliação Interna.

Tudo isso nos leva a identificar que as avaliações internas realizadas no âmbito do IFTO não auxiliaram no processo de verificação do cumprimento das metas estabelecidas no PDI, pois em nenhum momento cita a execução desses objetivos. O que podemos perceber é que mesmo que tenham ocorrido as ações planejadas pelo PDI, com a estrutura atual dos Relatórios repetitivamente em todos os documentos, não foi possível visualizar com clareza as três etapas de Autoavaliação Institucional do Ensino Superior.

Entendemos que para a sensibilização, a CPA deverá fazer um planejamento mais eficaz de divulgação para a comunidade tendo ciência da importância de responder os questionários com atenção e entender também que, os resultados informados trarão benefícios à instituição de ensino superior e a todos que participam direta e indiretamente das suas atividades.

É importante ressaltar que para avaliar requer transparência, grande responsabilidade da instituição em desenvolver e divulgar a sociedade o seu trabalho e desempenho das atividades. Todavia, outro papel importante é o feedback recebido através do relatório de Autoavaliação, pois, muitas pessoas desconhecem as suas atribuições.

Entendemos que, muitas ações da CPA não são ilustradas diretamente pelos órgãos responsáveis pela avaliação, no caso o CONAES e o MEC. Informações de como as comissões deveriam conduzir todo o seu processo. Ocasionalmente o aprendizado a partir das trocas ocorridas nas reuniões, seminários regionais e percepções através dos relatórios.

Mesmo com o documento de Roteiro de Autoavaliação e Sugestão de Roteiro de Avaliação, consideramos ineficaz para o grande detalhamento das etapas do processo de avaliação interna. Por se tratar de um assunto novo e por termos a consciência que a cultura de avaliação e monitoramento no Brasil ainda padece de muitos cuidados, acreditamos que todo o processo tem potencial de crescimento e aplicabilidade.

A fidedignação da CPA é papel fundamental as Instituições de Ensino Superior, condição não ocorrida, talvez pelo fato dos membros serem de cidades diferentes, o pode ocasionar dificuldades na disponibilidade para reunirem todos os componentes da Comissão. Mesmo que ocorra essa dificuldade, é necessário que aconteça com a presença de todos e que realmente ocorra todo o processo pretendido pelo MEC, publicado no roteiro de autoavaliação institucional.

Essas considerações confirmam como há uma série de indefinições que pressupõem as dificuldades na elaboração dos Relatórios de Autoavaliação. No tocante, é importante finalizar destacando que todo o Processo de Autoavaliação do Instituto Federal do Tocantins necessita instituir a prática da avaliação pragmática baseada nas práticas, participação da comunidade acadêmica e geral.

REFERÊNCIAS

ALDAY, Hernan E. Contreras. **O planejamento estratégico dentro do conceito de administração estratégica**. Revista FAE, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 9-16, 2000.

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009 HUBNER 1998.

AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cezar. **A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES**. Avaliação, Campinas, v. 12, n. 4, p. 597-622, 2007.

BARROS, Conceição de Maria Pinheiro; FREIRE, José Célio. **A responsabilidade social universitária na perspectiva do Sinaes: um estudo de caso no Curso de Medicina da Universidade Federal do Ceará–Campus de Sobral**.

BRASIL, Inep. **Avaliação Institucional**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes>. 2015.

_____. Sistema Nacional de Avaliação de Ensino Superior. **Orientações gerais para o roteiro da autoavaliação das instituições**. Brasília, DF, 2004. 38 p.

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. **Planejamento estratégico**. Elsevier Brasil, 2003.

CONAES. **Diretrizes para a Avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: Ministério da Educação, 2004. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/monitorar/>.

CORRÊA, Izabela Moreira. Planejamento estratégico e gestão pública por resultados no processo de reforma administrativa do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 3, p. 487-504, 2007.

COTTA, Tereza Cristina. **Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Revista do Serviço Público, v. 52, n. 4, p. 89-111, 2014.

DE ANDRADE, Fernando César Bezerra; DA SILVA CORDEIRO, Filomena Maria Gonçalves. **Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação**. Revista brasileira de educação, v. 14, n. 41, p. 269, 2009.

Educação, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p. 149-168, abr./jun. 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas.

HÜBNER, M. M. C.. **Sobre O Livro guia para Elaboração de Monografias e Projetos de Mestrado e Doutorado**. 1998.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Avaliação de programas sociais no Brasil: repensando práticas e metodologias das pesquisas avaliativas**. Planejamento e Políticas Públicas, n. 36, 2011.

KERLINGER, F.N. **Metodologia da pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: EPU / EDUSP, 1980.

MUNARI, Denize Bouttelet; BEZERRA, Ana Lucia Queiroz. **Inclusão da competência interpessoal na formação do enfermeiro como gestor**. Rev Bras Enferm, v. 57, n. 4, p. 484-6, 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologias e práticas**. – 20. ed. – São Paulo: Atlas, 2004.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

PINTO, C.C.X.; PEIXOTO, B.; LIMA, L.; FOGUEL, M.N.; BARROS, R.P. **Avaliação Econômica de Projetos Sociais**. 1 ed; 2012. V1.186p.

ROCHA, Eduardo Peixoto. **Feedback 360 graus: uma ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2001.

SAPIENS/MEC. **Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI, Diretrizes para elaboração**. Brasília, 2004.

SEGENREICH, S. C. D. **O PDI como referente para avaliação de instituições de educação superior: lições de uma experiência. Ensaio: avaliação e políticas públicas em SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior**. Brasília, DF: INEP, 2004.

UFT. **Relatório de Avaliação Institucional - UFT 2013**. Palmas: EDUFT, 2014.

UGF. Unidade de Gestão de Formação. **O que é uma meta?**. 04 jun. 2013. Disponível em: <http://posugf.com.br/noticias/todas/2279-o-que-e-uma-meta> O que é meta.

VERSIEUX, Rogerio Evaristo. **Avaliação do ensino superior brasileiro: PAIUB, o ENC e o SINAES**. 2004.